

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – LÍNGUA PORTUGUESA

DISCIPLINA: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EMENTA
Conceitos de alfabetização, de letramento e de inclusão. Métodos sintéticos e analíticos e sua aplicação a alunos público-alvo da Educação Especial. Formas como a criança aprende a ler e a escrever. Transtornos de aprendizagem da escrita e da leitura. Especificidades de aprendizagem e processo de alfabetização e letramento de alunos com deficiências diversas e transtornos do neurodesenvolvimento. Papel do professor de sala de aula comum e do professor especializado. Estímulos sensoriais. Jogos, brinquedos e materiais pedagógicos adaptados para a alfabetização.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Discutindo conceitos: alfabetização e letramento 2. Metodologias e métodos de alfabetização 3. Como a criança aprende a ler e escrever 4. Alfabetização e letramento para o público-alvo da Educação Especial 5. Alfabetizando com recursos pedagógicos.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2018. • FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artmed, 2007. • FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. • GROSSI, E. P. Didática dos níveis pré-silábicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. v.1. • KOERNER, R. M. Entre saberes e fazeres da/na alfabetização: o ato de mediar do professor alfabetizador. Curitiba: Editora CRV, 2010. • MOLL, J. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação. 1999. • MORAIS, A. G. de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. • SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. • SOARES, M. Alfaletar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. • VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, BIOLÓGICOS E LEGAIS DA SURDEZ
EMENTA
Caracterização da surdez, levando-se em consideração os aspectos históricos, biológicos e legais do surdo. Traçar um panorama da vivência dos surdos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. A surdez: noções de anatomia e fisiologia da audição 2. História da educação de surdos: da Antiguidade à Idade Moderna 3. História da educação de surdos: Idade Contemporânea 4. História da educação de surdos no Brasil 5. Oralismo e Comunicação Total 6. Bilinguismo 7. Concepções de surdez 8. Neurolinguística: estruturação da Libras no cérebro 9. Legislação brasileira e a educação de surdos 10. Modalidades de atendimento educacional para surdos.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Decreto n. 11.793, de 23 de novembro de 2023. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11793.htm. Acesso em: 26 jan. 2024.

- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaoorig...> Acesso em: 8 jan. 2024.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-1444...> Acesso em: 8 jan. 2024.
- BRASIL. Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14191.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jan. 2020.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.
- CAPOVILLA, F. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n. 1, 2000.
- COSTA, D. Os hemisférios cerebrais e a aprendizagem. Must University, Florida, 2022. Disponível em: <https://mustuniversity.s3>.

DISCIPLINA:
ESTUDOS LINGUÍSTICOS APLICADOS À LIBRAS (Educação Bilíngue)
EMENTA
Aspectos conceituais da surdez e das línguas de sinais. Políticas educacionais para surdos: aspectos históricos e legais. Sobre as línguas de sinais e os artefatos culturais da comunidade surda. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Comunicação básica em Libras. Educação bilíngue para surdos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Aspectos conceituais e históricos sobre os surdos e a surdez 2. Políticas educacionais para surdos e Língua Brasileira de Sinais 3. Aspectos introdutórios das línguas de sinais 4. A comunicação visual e a Libras como língua natural 5. Libras no cotidiano 6. Fazendo contato 7. Calendário e datas festivas 8. Profissões e celebridades 9. Um passeio pelo mundo 10. Regiões do Brasil e aspectos culturais.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> GESSER, Audrei. Libras - Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. FELIPE, Tanya & Monteiro, Myrna S. Libras em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001. FERNANDES, Sueli; MONTANHER, Heloir; JESUS, Jefferson Diego. Letramento em Libras. Curitiba: IESDE, 2019. V 1 e 2.

- BRASIL. Decreto Federal 5626/2005. Regulamenta a Lei de Libras e dá outras providências. Disponível em: <">">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 5 set. 2018.
- CAPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: sinais de A a L. Edusp, 2001.
- CAPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: sinais de M a Z. Edusp, 2001.
- FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: IBPEX, 2011.
- STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

DISCIPLINA: LIBRAS E SISTEMA BRAILLE
EMENTA
Conceitos de língua e linguagem. A Libras como língua. Aspectos da língua de sinais e sua importância histórica e cultural. Fenômenos linguísticos específicos das línguas de sinais. Introdução aos aspectos linguísticos na Libras: fonologia, morfologia, sintaxe. Diferenças e similaridades entre a Libras e a Língua Portuguesa. Breve histórico do Sistema Braille. Características do Sistema Braille. Instrumentos utilizados para a escrita. Estimulação essencial e Braille. Importância do Braille enquanto recurso didático. Inclusão e socialização da pessoa com deficiência visual. Utilização do Braille em práticas pedagógicas inclusivas. Políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência visual.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Conhecendo uma língua. 2. O status de língua da Libras. 3. Particularidades das línguas de sinais. 4. Propriedades linguísticas da Libras. 5. Sistema braille. 6. Estimulação essencial e inclusão. 7. Deficiência visual: formas de leitura. 8. Desafios da escola inclusiva.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • ANATER, Gisele landra Pessine. As Marcações Linguísticas Não Manuais na Aquisição da Língua de Sinais Brasileira (LSB): um estudo de caso longitudinal. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 160 p. • BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001. • BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. • FELIPE, Tanya. Dicionário da Libras. 2005. Versão atualizada. Disponível em: <">">www.acessobrasil.org.br/libras/>. Acesso em: 15 dez. 2016. • FERREIRA-BRITO, L. Por uma Gramática das Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995. • AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. Compreendendo o cego. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. • BRUNO, M. M. G. O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da integração precoce à integração escolar. São Paulo: Laramara, 1993. • FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. • MANSINI, E.F.S. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados. Brasília: Corde, 1994. • MOSQUERA, C.F.F. Deficiência visual na escola inclusiva. Curitiba, IBPEX, 2010. • QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997. • QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

DISCIPLINA: DEFICIÊNCIA VISUAL COM ÊNFASE EM BRAILLE
EMENTA
Histórico do sistema Braille no Brasil. O Código Braille na grafia: alfabeto, letras, acento, sinais, pontuação e outros. Disposição do texto braille. Reflexão sobre a Neurociências e abordagem cognitiva da aprendizagem. A estimulação essencial e visual. História do Soroban. Conceitos teóricos e metodológicos sobre o Soroban. Técnicas de cálculos no Soroban. O Ensino da matemática e o Soroban. Conceituação de Orientação e Mobilidade (OM). Aspectos teóricos sobre recursos de Tecnologias Assistivas. Software de acessibilidade e programas de ensino.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. História do braille (Sistema Braille). 2. Neurociências e deficiência visual. 3. Estimulação essencial e o braille. 4. Estimulação visual. 5. Utilizando o braille. 6. Ler em braille. 7. Aprendendo o soroban. 8. Orientação e Mobilidade. 9. Tecnologias assistivas e educacionais para o deficiente visual. 10. Desafios da escola inclusive.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BEAR, M.F., CONNORS, B.W. & PARADISO, M.A. Neurociências - Desvendando o Sistema Nervoso. Porto Alegre 2ª ed., Artmed Editora, 2002. • DAMASCENO, B.P. & COUDRY, M.I.H. Temas em Neuropsicologia e Neurolinguística. São Paulo: Tec Art, 1995. • KARA-JOSÉ, N.; RODRIGUES, M.L.V. (Ed.). Saúde ocular e prevenção da cegueira. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2009. • LENT, R. Cem Bilhões de Neurônios. Atheneu, 2001. • McCRONE, JOHN. Como o cérebro funciona. Série Mais Ciência. São Paulo, Publifolha, 2002.

DISCIPLINA: SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EMENTA
Introdução aos fundamentos biológicos e fisiológicos da surdez (causas, tipos e graus da surdez; anatomia do aparelho auditivo). Fundamentos históricos, legais e sociais da educação de surdos. Correntes teóricas (oralismo, comunicação total e bilinguismo). Fundamentos linguísticos na surdez: aquisição de linguagem (L1 e L2) e desenvolvimento cognitivo. A língua de sinais como língua natural dos surdos. Libras (aspectos históricos e linguísticos). O papel do intérprete de Libras e os diferentes contextos de atuação. Fundamentos educacionais: escola bilíngue e escola regular. Educação bilíngue no contexto da inclusão. Letramento e surdez. O ensino da língua portuguesa como segunda língua. Práticas pedagógicas: flexibilização curricular e metodológica, avaliação diferenciada, o papel do professor, o papel da Educação Especial. Tecnologia e surdez. Cultura e identidades surdas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Fundamentos no campo da surdez: do biológico ao social 2. Surdez, linguagem e desenvolvimento cognitivo 3. Língua Brasileira de Sinais (Libras) 4. Fundamentos educacionais 5. Práticas pedagógicas, currículo e letramento.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. • BRASIL. Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 ago. 2021.

- FERNANDES, S. Avaliação em Língua Portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. SEED. Pr, 2013.
- GERALDI, J. W. Portos de Passagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.
- SCHEMBERG, S. Surdez e Tecnologias: o uso de artefatos midiáticos no contexto do Atendimento Educacional Especializado. 2018. Monografia (Especialização em Mídias Integradas na Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- VYGOTSKY, L. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
EMENTA
Fundamentos da educação especial. Necessidades especiais e inclusão. Políticas públicas da educação especial. Atendimento educacional a alunos com necessidades especiais. Organização e funcionamento da educação especial. Formação do professor para a educação inclusiva. O paradigma contemporâneo da educação inclusiva e suas principais características. Aspectos linguísticos e eliminação de barreiras. Adaptações curriculares. Empregabilidade e metodologias alternativas que atendem ao princípio da diversidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Políticas educacionais inclusivas no Brasil 2. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais 3. Aspectos históricos e legais da educação especial 4. Educação especial e educação inclusiva 5. A formação do professor da educação especial.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BARBOSA, A. S.; SILVA, H. M. G.; GRACIOLI, M. M.; MARTINO, V. F. Políticas públicas e desenvolvimento social: horizontes e experiências. Curitiba: CRV, 2015. • BRASIL. Ministério da Educação. A consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016. Brasília, DF: MEC, 2016. • BUENO, J. G. S., BRAGHINI, K. M. Z., MUNAKATA, K., & MELETTI, S. M. F. A produção do conhecimento no campo da educação especial. [s.l]: Junqueira&Marin Editores, 2018. • GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. • GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. • LANNA JÚNIOR, C. M. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. • MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2017. • PLETSCHE, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau, 2010. • SILVA, A. A.; JACOMINI, M. A. Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências. Feira de Santana: Ed. UEFS, 2016.

DISCIPLINA: NOVAS LINGUAGENS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
EMENTA
Trajectoria histórica da educação. O que se deve entender por tecnologia. Informática na educação. Geração digital. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aplicadas no Ensino Superior. TIC e o novo paradigma educacional. TIC para formação de professores em EAD. TIC para mediação pedagógica no ensino superior.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Trajetória histórica da educação 2. O que se deve entender por tecnologia 3. Geração digital 4. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a educação - parte I 5. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a educação - parte II 6. TIC e o novo paradigma educacional 7. TIC para formação de professores em EAD 8. TIC para mediação pedagógica no Ensino Superior.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • Ball, S. (2017). The education debate. Policy Press. • Buckingham, D., Willett, R. (2013). Digital generations: Children, young people, and the new media. Routledge. • Chen, C., Calinger, M., Howard, B., Oskorus, A. Emerging EdTech: expert perspectives and design principles. In: ICTs for Modern Educational and Instructional Advancement: New Approaches to Teaching. Hershey PA: IGI Global, 2009. • Leu, D. (2000). Literacy and technology: Deictic consequences for literacy education in an information age. • Tondeur, J., Roblin, N., Van Braak, J., Voogt, J., Prestridge, S. (2017). Preparing beginning teachers for technology integration in education: ready for take-off? Technology, Pedagogy and Education, 26(2), 157-177.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
EMENTA
Conceito de educação especial e inclusiva. História da educação especial e inclusiva no mundo e no Brasil. Diretrizes nacionais para a Educação Especial e Inclusiva. A função da escola na perspectiva da inclusão. Inclusão de alunos com deficiências (visual, auditiva/surdez, intelectual, surdocegueira e físicas/motoras), transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Acessibilidade na escola. Reflexões sobre currículo adaptado, adequações metodológicas e planejamento. Relação entre escola e família. Atendimento educacional especializado. Avaliação. Formação profissional continuada para a educação inclusiva. Desafios e possibilidades da Educação Especial e inclusiva no Brasil.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Aprendizagem humana e desafios da inclusão 2. História da Educação Especial 3. Legislação educacional e terminologia adequada 4. Práticas pedagógicas e deficiências 5. Inclusão na Educação Especial.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • APA - Associação Americana de Psiquiatria. Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. • BERGAMO, R. B. Educação Especial: pesquisa e prática. Curitiba: Ibpex, 2010. • BETTIO, C. D. B. Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na Educação Infantil. 1. ed. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2021. • DAMÁZIO, M. F. M. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007. • FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: InterSaberes, 2013.

- GAMEZ, L. Psicologia da Educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GARCIA SÁNCHEZ, J. N. Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed 2003.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- SILVA, A. M. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA:
CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA
EMENTA
Caracterização dos principais aspectos do currículo escolar inclusivo. Flexibilizações e adaptações necessárias para garantir uma educação inclusiva de qualidade, tendo o estudante como base na construção do currículo. O papel da escola numa gestão democrática para o desenvolvimento curricular, fortalecendo relações com a educação especial e a família. Conhecimento teórico e prático do professor, quebrando paradigmas, conhecendo o estudante e inovando nas práticas de ensino. Possibilidades de flexibilização e adaptação curricular para estudantes com deficiências, transtornos específicos de aprendizagem e autistas. A importância do trabalho colaborativo na escola inclusiva para o sucesso do estudante. Também aprenderá sobre os atendimentos especializados, salas de recursos multifuncionais e tecnologia assistiva no ensino e aprendizagem.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Currículo escolar inclusivo 2. Ensino e aprendizagem na educação inclusiva 3. Adaptações curriculares para estudantes com deficiência 4. Adaptações curriculares para estudantes com transtornos específicos de aprendizagem 5. Adaptações curriculares para estudantes com transtorno espectro autista 6. Inclusão educacional: desafios e superações.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. • BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. Acesso em: 14 mai. 2020. • BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 mai. 2020. • BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC SEF/SEESP, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf. Acesso em: 19 maio 2020. • BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bncc-apresentacao-fun Acesso em: 19 maio 2020. • BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESO, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 14 mai. 2020. • BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em: 14 mai. 2020.
<ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 mai. 2020.

DISCIPLINA: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS
EMENTA
História das tecnologias assistivas. Principais conceitos e importância. Legislação. Categorias. Tecnologias assistivas no contexto educacional. Tecnologias assistivas e aprendizagem. Tecnologias assistivas no contexto da Educação Especial e Inclusiva. A Comunicação Alternativa como instrumento de inclusão e aprendizagem. Tecnologias assistivas: cidadania, acessibilidade e qualidade de vida.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Introdução às tecnologias assistivas 2. Categorias em tecnologias assistivas 3. Tecnologias assistivas no contexto educacional 4. Tecnologias assistivas e educação especial inclusiva 5. Aplicação das TAs nas diferentes áreas da educação especial.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 jul. 2022. BRASIL. Brasil. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: Corde, 2009. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022. CARVALHO, C. C. de. Políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino. Minas Gerais: Dialética, 2022. GARCIA, D. et al. (Orgs.). Livro branco da tecnologia assistiva no Brasil. São Paulo: ITS BRASIL, 2017. GIROTO, Claudia Regina Mosca et al. (Orgs.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. MANZINI, Eduardo José. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022. PASSERINO, Liliana Maria Passerino; BEZ, Maria Rosangela. (Orgs.). Comunicação alternativa – Mediação para uma inclusão social a partir do Scala. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2015. POKER, R. B.; NAVEGA, M. T.; PETITTO, S. (Orgs.). Acessibilidade na escola inclusiva: tecnologias, recursos e o atendimento educacional especializado. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. SANTAROSA, L. (Org.); CONFORTO et al. Tecnologias digitais acessíveis. Porto Alegre: JSM Comunicação Ltda, 2010. SOUZA. I. V. Educação Inclusiva no Brasil: Deficiência Visual e Tecnologias. Vol. 3. Jundiaí: Paco Editorial. 2019.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EMENTA
Compreender a educação e suas perspectivas no contexto cultural e histórico; conhecer as orientações das políticas educacionais inclusivas; discorrer sobre a percepção que se tem do lugar e da função do educador e do aluno com deficiência; verificar se esses saberes sustentam as propostas curriculares implantadas nas instituições escolares; discorrer e analisar as metodologias para o trabalho com as diferentes deficiências; refletir a prática pedagógica inclusiva.
CONTEUDO PROGRAMÁTICO
1. Formação docente e prática pedagógica inclusiva 2. Metodologia para alunos com deficiência visual 3. Metodologia para alunos com deficiência auditiva 4. Metodologia para alunos com deficiência intelectual 5. Metodologia para alunos com transtornos do neurodesenvolvimento 6. Metodologia para alunos com altas habilidades ou superdotação 7. Metodologia para alunos com deficiência física 8. Tecnologias assistivas.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none">• ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2015.• BERSCH, R. Recursos pedagógicos acessíveis. Tecnologia assistiva (TA) e processo de avaliação nas escolas. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Recursos_Ped_Acessiveis_Avaliacao_ABR2013.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.• BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 abr. 2013.• BRASIL. Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. Sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 ago. 2021.• BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento escolar especializado. Deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.• BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento escolar especializado. Pessoa com surdez. Elaboração: DAMAZIO, M. F. M. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023.• BRASIL. Ministério da Educação. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaços para Atendimento Educacional Especializado. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.• COSTA, M. T. de A. Tecnologia Assistiva: uma prática para a promoção dos direitos humanos. Curitiba: Intersaberes, 2020.• DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.• LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006.